

## REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O LIVRO NA IDADE MÉDIA PARA O ESTUDO DA *LEGENDA AUREA*

### INTRODUCTORY REFLECTIONS ON THE BOOK IN THE MIDDLE AGES FOR THE STUDY OF THE GOLDEN LEGEND

André Rocha de Oliveira<sup>9</sup>

Artigo recebido em 31 de julho de 2024

Artigo aceito em 10 de dezembro de 2024

**Resumo:** O artigo tem por finalidade realizar uma abordagem específica sobre a *Legenda aurea*. Diversos trabalhos foram realizados a partir do estudo da compilação produzida pelo frade dominicano Jacopo de Varazze na segunda metade do século XIII. No entanto, proporcionalmente, pouca atenção foi dispensada ao fato de o legendário ser um livro. Nesse sentido, busca-se refletir sobre essa característica tendo por base as considerações tecidas pelo campo da história da leitura, que enfatiza que a compreensão do conteúdo é condicionada pelo entendimento da forma. Em outras palavras, o exame do escrito deve principiar pela exploração das condições de produção, circulação e apropriação livresca. Conclui-se disso que a *Legenda aurea* deve ser percebida como um instrumento de trabalho a ser amplamente utilizado pelos pregadores em sua prática.

**Palavras-chave:** *Legenda aurea*; livro; história da leitura; Idade Média; Ocidente cristão.

**Abstract:** The article aims to provide a specific approach to the Golden Legend. Numerous works have been carried out based on the study of the compilation produced by the Dominican friar Jacopo de Varazze in the second half of the 13th century. However, proportionally, little attention has been given to the fact that the legendary is a book. In this sense, the goal is to reflect on this characteristic based on considerations woven by the field of the history of reading, which emphasizes that the understanding of content is conditioned by the understanding of form. In other words, the examination of the writing should begin with the exploration of the conditions of production, circulation, and bookish appropriation. It is concluded from this that the Golden Legend should be perceived as a tool for work to be widely used by preachers in their practice.

**Keywords:** Golden Legend; Book; History of Reading; Middle Ages; Christian West.

### Introdução

In books I behold the dead alive; in books I foresee things to come; in books the affairs of war are displayed; from books proceed the rightful laws of peace. All things decay and waste away in time, and those whom Saturn begets he ceased not to devour. Oblivion would overwhelm all the glory of the world, had not God provided for mortals the remedies of books (Richard of Bury, 2019).

<sup>9</sup> Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/001242/2025. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4078-9352>.

Não é difícil perceber o potencial do papel do livro no imaginário medieval a partir da citação acima. A devoção registrada pelo bispo de Durham, Ricardo de Bury (1287-1345), em sua obra *Philobiblon* (1345<sup>10</sup>), expressa como poucos o valor desse objeto naquele período. Retratado por um biógrafo como leitor contumaz, diz-se que todas as residências do bispo contam com ao menos uma biblioteca; e os livros se amontoam por todos os cômodos.

Essa relação do bispo Ricardo com os livros não é uma exceção. Desde o século XII, observa-se um fortalecimento da cultura escrita, advinda principalmente do prestígio que o papado lhe confere (Rust, 2019). A península Itálica é um espaço no qual a valorização do uso da escrita é uma constante, mormente a partir desse momento. Seus usos são variados, chegando até as transações comerciais, que são registradas em forma de texto (Gilli, 2011).

Nesse cenário, os mais variados livros são produzidos e consumidos. Assim, importa aqui jogar luz sobre esses manuscritos que tanto interesse despertam. Como são produzidos, de que modos são colocados em movimento e por quais maneiras são apropriados são questões que se impõem. Uma obra, contudo, concentra as atenções neste artigo; texto que o próprio Ricardo de Bury muito provavelmente tem guardado em uma de suas estantes, talvez com algum destaque: a *Legenda aurea*.

As *Legendae sanctorum*, vulgo *história lombardica dicta*, mais conhecidas pela terminologia *Legenda aurea*, são uma compilação de Vidas de santo e festividades cristãs organizada pelo frade dominicano Jacopo de Varazze na segunda metade do século XIII, provavelmente na cidade de Gênova. Com 175 capítulos,<sup>11</sup> dos quais a maioria absoluta é dedicada às *Vitae* (153 legendas), a obra contempla diversas personagens, como mártires, apóstolos, bispos, papas, monges etc.

O compêndio pertence à modalidade de legendários chamada *legenda noua*. Esta se caracteriza pela produção de versões abreviadas dos manuscritos originais dispostas em um conjunto homogêneo precedido por um prólogo. Em

<sup>10</sup> O texto é finalizado em 1345, mas apenas em 1473 o livro é impresso pela primeira vez, em Colônia.

<sup>11</sup> Tendo como base a versão traduzida para o português e publicada no Brasil em 2003.

decorrência disso, atribui um caráter autoral ao responsável não apenas por reunir os textos a serem compilados, mas também por intervir e, se preciso for reelaborar o escrito – desde que não rompa com a tradição textual medieval de respeito às autoridades (Almeida, 2014).

A obra obtém uma repercussão única no gênero hagiográfico.<sup>12</sup> A relevância é tamanha que “se impôs completamente na produção livresca contemporânea em relação aos legendários precedentes (...) e, de fato, tornou marginal e quase supérflua a composição de novos legendários hagiográficos (...)” (Maggioni, 2017, p. 107). A quantidade de manuscritos – sejam cópias sejam traduções – sobreviventes até os dias atuais corrobora sua importância no período de produção.

Haja vista a relevância desse texto, muitas pesquisas vêm sendo realizadas nas últimas décadas usando o compêndio de Jacopo como suporte. Nesse sentido, temas como gênero, martírio, heresia, santidade, escravidão, virgindade, etc. se fazem presentes em uma ampla gama de trabalhos de estudiosos em diferentes estágios de formação.<sup>13</sup> Porém, uma característica bastante evidente tem escapado à maioria dessas produções: pouca preocupação é reservada ao fato de a *Legenda aurea* ser um livro.

Entender o compêndio como um livro demanda aceitar que o significado do conteúdo depende também de sua forma. Em outras palavras, o sentido de um livro está atrelado a seu formato, à maneira como o texto é subdividido, às convenções da escrita em vigor, etc. (Mckenzie, 2004). Assim, não se deve “nunca separar a compreensão histórica dos escritos de uma descrição morfológica dos objetos que os contêm” (Chartier, 2014, p. 20).

Soma-se a isso a capacidade de um único texto suscitar uma multiplicidade de leituras. É preciso ter em mente que o escrito não é algo cristalizado ou

---

<sup>12</sup> De acordo com Baños Vallejo, a hagiografia deve ser percebida como um gênero literário específico, o gênero hagiográfico. Este deve ser capaz de caracterizar, de forma analítica e descritiva, os múltiplos tipos de textos hagiográficos existentes (Baños Vallejo, 2003).

<sup>13</sup> Como exemplos dessa diversidade de trabalhos, podemos citar, dentre a produção nacional, a tese “A cristianização dos mortos: a mensagem evangelizadora da ‘Legenda Aurea’ de Jacopo de Varazze”, de Néri Souza (1998); a dissertação “Os martírios na construção de santidades genderificadas: uma análise comparativa dos relatos da Legenda Áurea”, de Priscila Falci (2008), e os artigos “Martírio e heresia na *Legenda Áurea* a partir da teoria de Pierre Bourdieu”, de João Rangel (2017) e “A escravidão desejada: escatologia e santidade na Legenda Áurea”, de Hilário Franco Júnior (1995).

definitivo. Não. Ele é mutável; seus sentidos são sempre renovados, suas mensagens podem parecer ora mais ora menos complexas. Isso acontece porque o texto está vivo. E é o leitor, essa entidade dotada de infinitas particularidades, capaz de propor interpretações diversas a partir de uma mesma matriz, o responsável por dar vida àquilo que é lido (Horellou-Lafarge; Segré, 2010).

É preciso então voltar as atenções para a chamada história da leitura, bem como suas premissas. Nesse sentido, as considerações de Armando Petrucci e Roger Chartier servem como diretrizes. Esses autores afirmam que a análise das significações simbólicas de um texto é indissociável da análise das formas materiais que as transmitem. Dito de outra forma, a compreensão de um escrito caminha junto com o exame de suas condições de produção, circulação e apropriação (Petrucci, 1984; Chartier, 2007).

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre cada uma dessas condicionantes a partir da bibliografia produzida a respeito. Busca-se, com isso, colocar em relevo como esses elementos – que incluem, dentre outros, as mutações pelas quais o latim passa; o papel do copista; os tipos de leitura presentes no medievo; etc. – interagem com a *Legenda aurea*. Entende-se que essa iniciativa possa contribuir sobremaneira para a apreensão das escolhas realizadas pelo frade genovês ao longo das páginas do compêndio.

No que toca à organização deste texto, ele está dividido em três partes; cada uma dedicada a uma das condições citadas acima. Dessa forma, inicia-se com considerações sobre as condições de produção, nas quais são destacadas questões que tratam o livro como aquilo que ele é: um objeto. Adiante, é a vez de atentar para as condições de circulação; aqui, o foco recai sobre como os escritos se difundem. Na última parte, nas condições de apropriação, ressaltam-se os tipos de leitura e suas consequências.

### **As condições de produção**

Perceber as condições de produção de um livro – como é o caso da *Legenda aurea* – significa abordá-lo em sua materialidade, ou seja, como um objeto. Dito isso, há três pontos que devem ser alvo de maior atenção quando se observa esse tipo de produção no medievo: os instrumentos auxiliares (e suas implicações); as transformações na escrita (latim), e o formato privilegiado.

Primeira questão a ser observada acerca da elaboração do livro é o papel que os instrumentos auxiliares desempenham. Um texto não é registrado diretamente na versão final em pergaminho. Na maioria das vezes, nem mesmo o autor do escrito é a pessoa que o transcreve para o suporte. Um dos acessórios por excelência utilizado pelos autores é a tabuleta de cera. É nela, com o auxílio de um estilete, que minutas, esboços e outras formas de registros provisórios são redigidos (Chartier, 2007).

A relevância desse dispositivo encontra-se na possibilidade de realizar rasuras, retoques ou mesmo desconsiderar determinados trechos de um texto, que não são passados para o pergaminho (Chartier, 2007). Isso é especialmente relevante quando se recorda que o livro, sobretudo o códice de folhas de pergaminho, não é um objeto barato. Pelo contrário, como envolve um trabalho altamente especializado, seu custo o transforma em um bem bastante valioso (Fischer, 2006).

É, porém, uma das implicações do uso desse apetrecho (ou de seus possíveis correlatos<sup>14</sup>) que interessa abordar aqui. Nesse sentido, o emprego de um instrumento auxiliar demanda uma posterior transcrição. Isso significa reconhecer, de um lado, que o processo de composição do texto é anterior a seu registro definitivo no suporte; de outro, que composição e transcrição são atividades distintas que podem ser realizadas por pessoas diferentes (Chartier, 2007).

Essa implicação remete, por sua vez, à necessária consideração de que o produto final, o texto transcrito para o pergaminho que é colocado em circulação, não é inevitavelmente o mesmo escrito composto no acessório. Isso porque o exercício responsável por passar o conteúdo do esboço para o original, isto é, para a versão final no pergaminho, por poder ser feito por outras mãos, não é algo simples e muitas vezes engendra intervenções.

O encarregado de fazer essa transcrição é o mesmo incumbido de tornar possível a circulação de um escrito: o copista/escriva. Para além da produção de

---

<sup>14</sup> Em centros muito ricos, até mesmo o pergaminho pode vir a ser usado como material de rascunho pelos autores ou escribas. No entanto, é pouco crível considerar essa prática corriqueira dado o valor do pergaminho (apesar de ser mais barato do que o papiro, não é um material de pouco valor) e do livro propriamente dito na sociedade medieval ocidental.

cópias, essa personagem é remunerada – com pagamento e presentes<sup>15</sup> – para registrar a versão final do texto no pergaminho, bem como o ornamentar segundo os desígnios do encomendador e/ou as práticas em voga na escrita.

A *Legenda aurea* está inserida nesse meio. Giovanni Maggioni (2017) sustenta que sua produção é resultado de um trabalho em equipe no qual Jacopo de Varazze age como uma espécie de diretor, coordenador dos trabalhos. Nesse sentido, a confecção do legendário conta com “uma redação com secretários encarregados de selecionar e preparar o material” (Maggioni, 2017, p. 109). Deduz-se disso que a versão final e acabada do livro pode ser provavelmente trabalho de outras mãos. Assim, a escrita do autor raramente é a escrita do livro.<sup>16</sup>

A questão da escrita encaminha ao segundo ponto a ser considerado no âmbito da produção do livro no medievo. É preciso atentar para as transformações pelas quais o idioma passa. Não é exagero dizer que tais culminam quase em uma nova língua – não sem razão a bibliografia sobre o assunto faz alusão a um “novo latim”. O vernáculo, que começa a ganhar força durante a reta final da Idade Média (principalmente a partir do século XIII), ainda não faz frente aos textos latinos produzidos no âmbito da Igreja Romana (Holtz, 1992).

Inovações de várias ordens são introduzidas na escrita ao longo do medievo. Assim, cabe destacar desde já a invenção da minúscula carolíngia. Essa nova maneira de escrever é mais clara, uniforme e simplificada. De acordo com Steven Fischer (2006), a minúscula carolíngia torna a leitura uma tarefa mais fácil, pois o leitor não precisa mais desmembrar a palavra letra por letra para compreendê-la. Isso porque “as minúsculas conferiam uma ‘silhueta’ gráfica a cada palavra, transformando-a em uma unidade reconhecível de imediato (...)” (Fischer, 2006, p. 147).

---

<sup>15</sup> De acordo com Chartier (2007), é algo comum o copista receber algum presente para além do salário. Esses regalos podem incluir viagens ou especiarias, por exemplo.

<sup>16</sup> De acordo com Holtz (1992, p. 331), “L'autore, o i suoi assistenti, scrivevano in minuscola corrente, secondo uno stile personale: ciò è vero sia in epoca classica che in epoca tarda, solo che la minuscola corrente cambia. Il libro, invece, presenta una scrittura convenzionale, resa con una caligrafia che si rifà a norme ben precise”.

A minúscula carolíngia precede outra mudança fundamental: a separação das palavras. Incorporado dos árabes<sup>17</sup> pelos copistas cristãos, esse procedimento é adotado inicialmente de modo bastante heterogêneo no Ocidente. É apenas no século XII que se verifica uma uniformização no processo de separar as palavras (Parkes, 2004). Não obstante essas vicissitudes, a inserção de um espaço em branco entre os termos tem grande impacto na forma como se lê, favorecendo a leitura silenciosa (Fischer, 2006).

Essas iniciativas são acompanhadas por outras que cumprem um papel a um só tempo estético e funcional. É o caso, por exemplo, da pintura de letras iniciais no texto ou mesmo de linhas inteiras – que viriam a ser os títulos dos capítulos. E são geralmente tingidas em vermelho, embora outras cores também pudessem ser usadas (Fischer, 2006; Chartier, 2007). A distinção de letras em caixa-alta e caixa-baixa também influencia a escrita, reservando às primeiras a função de apontar títulos ou nomes próprios (Fischer, 2006).

Um sistema de pontuação parecido com o que há nos dias de hoje também é desenvolvido: ponto-final, vírgula e ponto e vírgula passam a constituir parte dos textos (Fischer, 2006; Parkes, 2004). Contudo, é a necessidade de acesso às informações<sup>18</sup> contidas no códice que motivam as inovações mais agudas: surgem as subdivisões nos textos, parágrafos são demarcados, capítulos recebem títulos próprios, índices detalhando o conteúdo em ordem alfabética são criados para localizar mais rapidamente o dado buscado etc. (Hamesse, 2004).

Todas essas transformações culminam na produção de um “novo latim”. Quer dizer, um latim inspirado por exigências escolásticas que demandam uma linguagem clara e precisa para aquilo que é exposto. E isso só é alcançado mediante o sacrifício de preocupações bastantes caras ao latim clássico, como o ritmo, a métrica e a sonoridade (Saenger, 2004). É, portanto, um latim bastante diferente que tem vez nos últimos séculos do medievo, um latim que passa a ser o principal instrumento dos estudiosos ocidentais (Fischer, 2006).

---

<sup>17</sup> A separação de palavras é uma invenção árabe desenvolvida para facilitar a leitura em voz alta do Qu’ran (Fischer, 2006).

<sup>18</sup> Essas transformações realizadas a partir da necessidade de acesso à informação serão retomadas mais adiante, no tópico dedicado à apropriação do livro.



O legendário do frade genovês é produto dessas mutações. Redigido em latim e em prosa, o compêndio tem diversas versões “publicadas”, sendo que a principal remonta ao ano de 1267 (Fleith, 2014). Nesse sentido, já faz uso tanto da minúscula carolíngia quanto da separação entre palavras, bem como das demais inovações pelas quais a escrita do idioma passa. É, portanto, um texto escrito no novo latim que reflete de modo mais direto o pensamento do autor, uma vez que não se perde em questões de ritmo ou métrica.

Por último, a *Legenda aurea* não é construída em qualquer formato, mas sim em um específico: o códice. Durante a Idade Média, o códice é a principal e mais disseminada maneira de produzir um livro. Trata-se de uma invenção antiga – sua consolidação ocorre entre os séculos III e IV (Reynolds; Wilson, 1991) – cujo uso é promovido principalmente pelos cristãos. Isso acontece devido à maior proximidade destes com a experiência dos grupos de leitores com instrução mediana, habituados aos cadernos escolares ou manuais profissionais (Cavallo, 2004).

Tal como o códice substitui os rolos, o pergaminho rapidamente suplanta o papiro. O primeiro, mais robusto, macio e barato ocupa um lugar cativo na preferência dos fabricantes de livros durante praticamente todo o medievo, sobretudo pela capacidade de inserir conteúdo nas duas faces. Por volta do século V, o códice de folhas de pergaminho retangulares já é dominante; e são as dobras do pergaminho que vão determinar o tamanho dos códices, que podem ter as mais diversas dimensões (Manguel, 1998).

O que importa destacar acerca desse formato, no entanto, não é apenas suas características físicas mais explícitas; mas sim o que estas engendram. Em primeiro lugar, há que se chamar atenção à conveniência no uso. O códice facilita o transporte dos textos a serem lidos, bem como viabiliza uma consulta mais prática às seções da obra, agora paginadas; além disso, as margens permitem uma maior interação do leitor com o texto – como é observado nas glosas e comentários registrados nesses espaços (Manguel, 1998; Cavallo, 2004).

A compilação de Jacopo, com seus mais de 170 capítulos, usufrui sobremaneira das facilidades proporcionadas pelo formato. Em que pese seu tamanho, o fato de estar constituído nos moldes de um códice facilita o transporte



quando necessário. Além do mais, a praticidade na consulta às seções é algo fundamental para acessar rapidamente tão vasto conteúdo.

Em segundo lugar, a organização do texto é transformada. Ela passa a ser realizada de acordo com o conteúdo, e não mais segundo as limitações do suporte anterior (rolos) (Manguel, 1998). Como consequência, chega-se a uma redefinição da própria noção de livro. Se, antes, com os rolos, uma obra poderia estar fragmentada em várias unidades; com os códices pode-se constatar o fenômeno inverso: não só uma obra está completa em um – caso da *Legenda aurea* –, como várias podem ser inseridas dentro de um mesmo códice (Cavallo, 2004).

Em terceiro, o formato do livro finda por recondicionar a própria forma como se lê. Conforme já mencionado, o códice permite inserir observações ao longo do texto, assim como outras conveniências. Igualmente, impõe um redesenhar sobre a disposição dos conteúdos. Essas inovações, por sua vez, afetam como tais materiais são lidos. Além de conferir uma percepção de totalidade ao leitor – embora o sujeite a uma leitura fracionada (página por página) –, sugere também uma leitura cada vez mais concentrada e atenta, orientada a constituir certas maneiras de pensar e agir (Cavallo, 2004).

Levando em consideração que o legendário é amplamente utilizado para a produção de sermões, é preciso que o pregador o leia constantemente com vistas “a agir”. Além disso, os frades não praticam uma leitura contemplativa desse material, e sim seu estudo ativo (Humphreys, 1989). Isso implica interagir em certo grau com o que é lido, algo que só é possível graças ao códice. Se a obra genovesa fosse no formato de rolos, certamente teríamos um objeto com vários metros enrolados.<sup>19</sup>

Por fim, Louis Holtz (1992) observa que a Idade Média conserva o formato de códice elaborado na Antiguidade de modo praticamente inalterado. Mas há algumas diferenças pontuais que precisam ser sublinhadas. A principal encontra-se na “especialização” dos códices, que passam a ser produzidos mais

---

<sup>19</sup> Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010) destacam que há casos de obras muito volumosas, cujos rolos chegam a ter 40 metros de extensão quando desenrolados. Não se sabe se a *Legenda aurea* chegaria a essa ordem de grandeza, mas certamente não seria um rolo pequeno.

frequentemente de acordo com o gênero e o conteúdo do texto.<sup>20</sup> Outra mudança diz respeito ao abandono da prática do título corrente, que inseria o nome do autor no topo de todos os versos das páginas. Isso teria evitado que boa parte das obras medievais caíssem no anonimato.

### **As condições de circulação**

Para entender a questão da circulação de livros na Idade Média é imprescindível compreender a função desempenhada pela figura do copista/escriva. A prensa mecânica de Johannes Gutenberg (1400-1468), que revoluciona o setor, só é criada tardiamente – e, ainda assim, está longe de eliminar os manuscritos nos primeiros séculos de existência (Chartier, 2007). Desse modo, são os escribas quem faz uma obra ser reproduzida, tornando possível sua circulação de diversas maneiras.

Fazer cópias ou transcrições é um ofício. Até o século XIII, esse trabalho envolvendo a escrita é tido como um “exercício servil”, e por isso evitado. Não à toa, parte significativa dos autores contam com os serviços de copistas profissionais (Hamesse, 2004). No que tange à transcrição, os escribas são responsáveis por fazê-la adotando uma escrita adequada à forma com que é redigida no livro, ou seja, usando uma letra cujo registro é marcado pelo aspecto regular e proporcional – tarefa mais penosa de ser atingida (é diferente da escrita “corrente” usada pelos autores).<sup>21</sup>

Fato a ressaltar acerca desse ofício é que consiste em um trabalho realizado sob demanda durante o medievo. Essa característica também se aplica à produção de cópias de livros; ou seja, uma cópia é sempre encomendada, nunca feita previamente e colocada à venda de modo aleatório. Entende-se disso que a existência de uma cópia pressupõe, a todo momento, um interesse manifestado por algum motivo: não se copia pelo simples prazer de se copiar (Holtz, 1992).

---

<sup>20</sup> Importante observar que isso não implica o abandono da produção de códices que contenham mais de uma obra.

<sup>21</sup> Nas palavras de Holtz: “Il copista medievale va piano, s'interrompe nel bel mezzo di una parola per riprendere l'inchiostro, calcola la cesura delle parole, fa in modo che le linee siano riempite in modo armonioso e a tale scopo impiega, a volte sí a volte no il complicato sistema di abbreviazioni in vigore in quel periodo: è interamente teso in uno sforzo che, come ci dicono tutte le nostre testimonianze, era molto spossante” (Holtz, 1992, p. 340).

Considerando cópias e traduções, mais de mil manuscritos da *Legenda aurea* produzidos durante o medievo estão preservados até hoje (Franco Júnior, 2003; Le Goff, 2014). Dadas as condições (ou a falta delas) de conservação dos textos naquele período, é pertinente apontar que esse número represente apenas uma pequena porção das cópias e das traduções que, de fato, circularam naquela época. Isso significa dizer, portanto, que o compêndio hagiográfico foi objeto de intenso consumo na reta final da Idade Média.

Há que se observar, ainda, que se uma cópia for solicitada imediatamente após a “publicação” de uma obra, isso quer dizer que existe muito interesse nela (Holtz, 1992). Ora, nesse sentido o legendário de Jacopo de Varazze é um caso modelar com cópias encomendadas ainda no século XIII. É assim, por exemplo, com os agostinianos de Vorau, na Áustria, em 1285; com os monges de um mosteiro cisterciense próximo ao Reno antes de 1293, e com os beneditinos de Ratisbona em 1295 (Fleith, 2014). Há, ainda, a tradução para o alemão vernacular em 1282 ou para o catalão no último quarto do século (Franco Júnior, 2003).

A demanda acentuada de obras como a *Legenda aurea* traz desdobramentos importantes: para atender rapidamente à alta procura, passa-se a fazer a cópia da cópia – e não mais usar o manuscrito original como base para a atividade. Isso impulsiona a quantidade maior de desvios, variações ou erros que já são verificados quando se usa o original como ponto de partida (Holtz, 1992).

É importante observar que as possibilidades de erro são “estimuladas” pela própria noção de cópia vigente. Se, hoje, entende-se por cópia a reprodução fidedigna, caractere por caractere, no medievo isso não ocorre na prática. A cópia com absoluta fidelidade é tão somente uma utopia (Holtz, 1992). Copiar nesse período é uma atividade que presume a interpretação, a análise e o conhecimento do copista como leitor (Parkes, 2004). Ou seja, há um componente subjetivo em tal prática que não pode ser ignorado.

Malcolm Parkes (2004), valendo-se de glosas encontradas em diversas cópias, indica as dificuldades presentes na leitura desses materiais. Aliás, sinaliza que aquelas refletem uma interpretação equivocada das letras, o que, por sua

vez, compromete a identificação das palavras de maneira correta. Por fim, conclui que esses problemas estão relacionados a dificuldades ou até mesmo incompreensões do latim por parte dos copistas, que findam por transmitir erros.

As dificuldades com o idioma são um problema muito sério no ofício. Quanto menor for, por parte do copista, o conhecimento da língua, maiores são as chances de alterações arbitrárias serem feitas (Parkes, 2004). Além disso, é possível chegar à situação extrema de haver copistas que não entendem o que copiam. Nesses casos, estes apenas desenham o que precisa ser copiado.<sup>22</sup> Não é preciso refletir muito para vislumbrar os erros em profusão que tal prática pode desencadear.

Pode-se, ainda, identificar diversos momentos nos quais as chances de desvios se fazem presentes durante o ato de copiar. Nesse sentido, podem ocorrer por conta da dificuldade dos copistas em ler e entender o que está sendo lido (como já dito); por transliterações inseridas; pela tentação de fazer correções; por pular linhas; pelo uso inadequado de abreviações; por perder a atenção durante o processo; por equívocos no momento da escrita; etc. As intervenções podem até substituir termos ou expressões (Parkes, 2004; Holtz, 1992).

Como consequência, nenhuma cópia é igual a outra. Afinal, a deformação do manuscrito acaba sendo algo inevitável (Holtz, 1992). Conclui-se disso que se trata de algo impossível alcançar a “pureza absoluta” do texto do autor a partir de uma de suas cópias. Até mesmo o original não garante isso, haja vista as possíveis intervenções do escriba durante a transcrição do texto do rascunho para o pergaminho. Apesar disso, é preciso apontar, a crítica textual tem buscado reduzir essas mediações, de modo a chegar a uma versão do texto mais próxima à do autor (Reynolds; Wilson, 1991).

A deturpação do texto é ainda mais inevitável quando a demanda é contínua. A *Legenda aurea* se faz presente de forma disseminada nos principais centros produtores de cópias e traduções: mosteiros e conventos. E, uma vez que as bibliotecas costumam ter mais de uma cópia das obras mais populares

---

<sup>22</sup> Paul Saenger (2004) chama essa prática de “cópia mecânica”.

em seus acervos (Humphreys, 1989), é aceitável supor que cada um desses estabelecimentos conserve mais de um exemplar da compilação hagiográfica.

As chances desses volumes serem utilizados para a produção de novas cópias – muitas vezes cópias de cópias; ou mesmo o uso de mais de uma cópia para a produção de uma terceira – é algo bastante razoável. O resultado disso é um texto cada vez mais distante do original. Desse modo, essa difusão, bem como a celeridade com que acontece, resulta em uma quantidade expressiva de modificações no texto do legendário (Fleith, 2014) – modificações passíveis de toda sorte de erros e desvios.

As cópias, ainda que indispensáveis – mesmo que propensas a erros –, não explicam sozinhas a circulação dos livros. É preciso chamar atenção para como esses materiais são adquiridos e repassados, difundindo-se assim por diversas regiões. Nesse sentido, é interessante abordar aqui como as ordens mendicantes se envolvem no assunto; afinal, estas constituem um dos principais centros consumidores de textos no Ocidente a partir do século XIII.

Neslihan Şenocak (2003) identifica três maneiras de obtenção de livros por parte dos mendicantes: doações, compra e confecção própria. Em seu texto, ainda que a atenção recaia sobre os frades menores, é coerente defender que tais práticas também tenham sido empregadas pelos dominicanos.<sup>23</sup> No que tange às doações, é interessante observar que a cessão de livros tem o mesmo propósito da distribuição de esmolas: os doadores esperam que os frades rezem por suas almas em troca da benesse.

As formas de doação variam. Em um primeiro momento, doa-se diretamente para o convento (modalidade mais comum nas primeiras décadas de existência dos frades). Posteriormente, contudo, o livro passa a ser doado diretamente ao religioso mediante a obrigação de, após sua morte, o objeto passar a ser posse do convento. Essa doação é mais recorrente a partir da segunda metade do século XIII (Şenocak, 2003).

A respeito da doação realizada diretamente à figura do frade, cabe destacar a cessão de dinheiro para a compra ou encomenda de cópias de livros,

---

<sup>23</sup> A própria maneira como a autora realiza sua abordagem, bem como as alusões diretas aos dominicanos, permite fazer essas generalizações (Şenocak, 2003).

que também é corriqueira. Porém, não é isso o que mais chama atenção, e sim o fato de os mendicantes pedirem abertamente valores pecuniários para a compra de livros, medida que a ordem busca coibir ou desencorajar (Şenocak, 2003).

A segunda maneira de se obter livros é por meio da compra. E essa é uma prática regular dentro da ordem, pois é preciso os adquirir para prover adequadamente o sistema educacional das ordens franciscana e dominicana – iniciativa que é regulada pelas constituições.<sup>24</sup> A aquisição do livro por essa modalidade suscita questões relevantes que vão desde as cisões internas provocadas entre os frades menores<sup>25</sup> até a relação destes com essas obras.

O livro é provavelmente o único bem material que o frade tem autorização para possuir. Nesse sentido, tais objetos devem ser tidos como negócios, e não itens. Isso pode ser atestado pelas determinações, por parte das ordens, para que esses bens possam ser retidos para quitar dívidas contraídas por essas personagens tanto com o convento quanto com pessoas externas – inclusive leigos. Mais um indício dessa posse aparece no século XIV com o comércio de livros entre os mendicantes, que se torna uma prática comum (Şenocak, 2003).

Outra iniciativa corriqueira dos frades é a encomenda de cópias de livros para uso pessoal. Por conseguinte, faz-se importante observar que os religiosos pagam pelos serviços de copistas profissionais – muito provavelmente com o dinheiro das doações. Esse costume vigora até aproximadamente a década de 1260, quando a ordem proíbe a compra de cópias realizadas por esses escribas.<sup>26</sup>

As restrições colocadas pelas ordens ao emprego de copistas de ofício, tanto para realizar a transcrição dos textos redigidos quanto para a produção de cópias, vai ao encontro da derradeira forma de obtenção desses materiais por parte dos mendicantes: a confecção própria. Em resumo, os frades passam a

---

<sup>24</sup> Kenneth Humphreys (1989) atrela a necessidade de livros pelo sistema educacional dominicano à determinação em voga de que nenhum convento deveria ser fundado sem que houvesse um doutor em teologia disponível para ser alocado nele.

<sup>25</sup> A ala dos franciscanos conhecida como “Espirituais” resiste à compra individual, mas tolera as aquisições para uso comum (Şenocak, 2003).

<sup>26</sup> Şenocak (2003) indica que a razão para essa proibição é o fato de os escribas profissionais fazerem cópias dos manuscritos para si próprios. Essas cópias clandestinas, isto é, realizadas sem o conhecimento e muito menos o consentimento dos autores, são colocadas à venda posteriormente; algo que foge completamente às tentativas de controle da produção manuscrita então levada a cabo pelas ordens.

produzir os livros que consomem, tornando-se responsáveis por transcrevê-los e copiá-los. Essa iniciativa culmina com os mendicantes suplantando os monges como principais copistas no medievo.<sup>27</sup>

Um ponto ainda resta pendente no âmbito da circulação de livros. Trata-se de como essas obras chegam até seus consumidores, isto é, para além de sua compra. De novo, o foco aqui está voltado aos religiosos vinculados às ordens mendicantes. Nesse sentido, cabe destacar a questão envolvendo o acesso aos livros por parte dos frades; prática na qual o empréstimo chama atenção.

Uma primeira constatação diz respeito à posição privilegiada dos religiosos em relação aos leigos quando o assunto é acesso aos textos. Enquanto os frades contam com os acervos (em franca expansão) das bibliotecas conventuais, os leigos se veem diante de sérias dificuldades. Isso porque os estabelecimentos eclesiásticos são categóricos ao restringir o acesso laico aos livros sob sua guarda: além de proibir o empréstimo, há a imposição de punições aos religiosos que venham a desobedecer a essa determinação.<sup>28</sup>

Os frades acessam os livros cedo; sendo a circulação desses materiais entre os mendicantes algo imediato, que ocorre de maneira simultânea ao advento das bibliotecas conventuais. Contudo, é preciso sublinhar que o acesso às obras não é irrestrito. Os noviços, por exemplo, não podem pegar qualquer livro na biblioteca; eles têm permissão para ler tão somente textos devocionais – escritos a respeito de filosofia ou conteúdos teológicos lhes são proibidos (Şenocak, 2004).

A formação educacional é a principal promotora da difusão de livros – os textos dos currículos escolares são os mais emprestados. Além disso, as próprias cúpulas das ordens determinam que os frades enviados a outras localidades para aperfeiçoar a formação sejam munidos com os livros necessários aos estudos (Şenocak, 2004). Os empréstimos são os grandes viabilizadores desse estímulo ao uso pessoal dos manuscritos. Por isso, cabe algumas palavras sobre como essa prática ganha forma.

<sup>27</sup> Na verdade, os frades vão além, chegando ao posto de escribas profissionais (Şenocak, 2003).

<sup>28</sup> Essa punição pode chegar até mesmo à excomunhão (Şenocak, 2004).



Há duas características complementares do empréstimo de livros que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, há a prática do empréstimo por toda a vida, isto é, os mendicantes ficam com os livros sob sua guarda até morrerem. Nesses casos, espera-se que os testamentos desses religiosos estabeleçam o retorno dos manuscritos ao convento de origem. Tal designação é necessária, pois se a destinação do material não estiver registrada nos testamentos, os livros podem ser tomados pelo papado (Şenocak, 2004).

Essa modalidade ganha sentido quando se observa que o estudo no medievo implica o registro de anotações do leitor nas margens ou em outros espaços disponíveis nos códices. Şenocak (2024) sublinha que a prática de fazer anotações em folhas separadas é pouco usual no período. Portanto, a ação de escrever nos espaços livres cria um vínculo entre estudioso e objeto de estudo que seria dissolvido caso houvesse a devolução do volume à biblioteca.

Um fato importante precisa ser considerado nesse contexto: os frades estão em constante deslocamento. Um dos grupos de leitores mais assíduos nos conventos são aqueles dedicados diretamente à prédica (Şenocak, 2004). Nesse sentido, não são raras as vezes que são transferidos para outras regiões, seja para aperfeiçoar os estudos seja para atuar como pregadores. É o empréstimo por toda a vida que permite levarem consigo as mais diversas obras usadas nos estudos (desde gramáticas até hagiografias).

Outro traço relevante envolvendo os empréstimos de livros é a cobrança da caução, um costume medieval que se faz presente nas bibliotecas conventuais. A caução é uma espécie de taxa a ser paga ao convento pelo empréstimo do livro. E não é barata. O valor deve ser igual ou superior ao do livro emprestado. Isso se deve à necessidade de reposição engendrada pela prática do empréstimo por toda a vida. Sendo assim, o valor retido pode ser convertido na produção de novas cópias do exemplar cedido.<sup>29</sup>

A caução suscita uma questão importante que acaba interagindo com o livro: os frades têm algum grau de acesso ao dinheiro. E não é pouco, uma vez

---

<sup>29</sup> É preciso lembrar que as bibliotecas conventuais não contam necessariamente com apenas uma cópia de cada livro. Pelo contrário, verifica-se a existência de múltiplas cópias das obras mais populares. Isso viabiliza a produção de novas cópias sempre que uma vai embora da biblioteca, evitando que esta fique desguarnecida (Humphreys, 1989).

que os livros são produtos bastantes caros. Como já mencionado, tais atividades econômicas envolvem o livro, sobretudo quando são penhorados para quitar dívidas dos frades com terceiros. Também como dito anteriormente, os estatutos das ordens buscam coibir ou pelo menos regular essa prática (Humphreys, 1989).

O empréstimo por toda a vida da *Legenda aurea* deve ser tido como uma prática corriqueira entre os mendicantes. Afinal, não é raro encontrar a demanda para que o livro fosse devolvido ao convento de origem após a morte de algum frade que estivesse em posse do exemplar. Além disso, o legendário em si é um comprovante da circulação das obras no medievo – cada convento tem ao menos uma unidade em sua biblioteca. A título de exemplo, é possível encontrar cópias em: Toul, Alzey, Westminster, Lübeck, Paris, Colônia, Kaisheim, Amiens, Colmar, Navarra, Cracóvia etc.<sup>30</sup>

A exploração das condições de produção e de circulação de um livro só tem sentido se acompanhadas pelo cuidado com as formas de apropriação desses objetos. Dito de outro modo, o formato e as inovações implementadas nos livros, de um lado, e a produção de cópias e meios para disseminá-las, de outro, servem a um propósito capaz de lhes conferir significado. É para esse “para quê” que as atenções se voltam agora.

### **As condições de apropriação**

Apropriar significa tomar para si ou apoderar-se de algo. No que tange aos livros, a apropriação ocorre quando alguém os lê. Contudo, a intensidade desse gesto é única. Isso porque é a apropriação de um livro a responsável por lhe conferir existência (Cavallo, 2004). Dito de outro modo, um texto só existe porque há um leitor para atribuir-lhe um propósito; sem ele, “o texto não é nada, não passa de letra morta” (Horellou-Lafarge; Segré, 2010, p. 15).

Essa relação estabelecida entre leitor e livro é, portanto, fundamental. Durante a Idade Média, tal interação se manifesta de variadas formas. Assim, de acordo com as circunstâncias, o ato da leitura ocorre, como indica Armando Petrucci (1984), em voz alta, em voz baixa (ruminação) ou de maneira silenciosa. Importante frisar que essas três modalidades convivem durante boa parte do medievo.

---

<sup>30</sup> Isto é, além das cidades da península Itálica (Fleith, 2014).

A leitura em voz alta desempenha diversos papéis ao longo de todo esse período. Aliás, sua relevância é consequência de uma necessidade imediata: a maioria das pessoas não é letrada. A passagem da Antiguidade para o medievo é marcada por um crescimento acentuado do analfabetismo – que tem por desdobramento uma redução igualmente forte no ato da leitura (Cavallo, 2004). Por isso, a prática de ler em voz alta assume contornos importantes naquela sociedade. Deduz-se aqui que ela seja acompanhada por uma explicação em vernáculo.

Fischer estima que 5% da população dos grandes centros urbanos esteja apta a ler entre os séculos XI e XIII. Nas zonas rurais, esse número é significativamente mais reduzido; enquanto nos pequenos enclaves a quantidade de leitores, ainda que maior, não chega perto do número das cidades. Por sua vez, na península Itálica a situação revela-se distinta em fins do século XIII (Fischer, 2006).

Percebe-se em grande parte das comunas italianas a adoção de uma consistente política educacional impulsionada pelos governos locais. Essa iniciativa consiste na criação de escolas dirigidas por um mestre. Este poderia ser pago pelo próprio governo comunal (mestre público) ou poderia ser financiado por entes privados. Porém, pouco importa a natureza pública ou privada, o que é necessário dizer aqui é que essa política resulta em uma alfabetização muito forte nesses lugares.<sup>31</sup>

É importante pontuar que mesmo nesse cenário a leitura em voz alta se faz uma prática relevante. Não apenas pelo fato de a maioria da população de todos os espaços mencionados ainda ser constituída por analfabetos, mas porque essa modalidade de leitura pressupõe uma experiência coletiva: o público leitor é formado pelos que escutam o que é lido em voz alta (Cavallo; Chartier, 2004). Em última instância, são esses ouvintes que validam aquilo que é lido, ou seja, o próprio manuscrito.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> A título de exemplo, 40% das crianças florentinas seriam capazes de ler e escrever na primeira metade do século XIV – resultado direto da política implementada ainda na segunda metade da centúria anterior (Gilli, 2011).

<sup>32</sup> Steven Fischer (2006) aponta o caráter comunitário da vida medieval – mosteiros, castelos, cidades, vilas etc. impõem o convívio em grupos praticamente o tempo todo – e o número escasso de pessoas alfabetizadas como razões para a leitura ser uma prática coletiva. Se a capacidade de

No bojo da leitura em voz alta, entendida como experiência coletiva, cabe ressaltar três funções de tal gesto. Em primeiro lugar, serve para informar. Isso fica bastante evidente quando se volta a atenção para a circulação de cartas naquele contexto. Essas correspondências são habitualmente lidas em voz alta para a comunidade. Nesse sentido, extrapolam o caráter de meio de comunicação; são portadoras de notícias. As missivas, ao serem lidas para diversos grupos, findam por conformar a própria opinião pública (Silva; Fortes, 2017).

Em segundo lugar, provêm o entretenimento. Nos séculos finais da Idade Média, a leitura de livros narrando aventuras épicas é apontada como um dos passatempos dos cenários domésticos mais abastados, onde são lidos para a família e os vizinhos ali reunidos. Outros ambientes, como as estalagens e os castelos, também são palcos para a leitura em voz alta desses e de outros gêneros literários. Há também a leitura nos espaços religiosos, onde os relatos hagiográficos são lidos durante as refeições, por exemplo (Fischer, 2006).

Em terceiro, a leitura em voz alta é usada na instrução, sobretudo do latim e dos assuntos da vida religiosa. É uma maneira encontrada para que o leitor exercite a memória auditiva e muscular das palavras. Isso é importante porque o latim é a língua da vida espiritual, ou seja, ainda se faz presente principalmente durante a liturgia. Esse uso educativo da leitura em voz alta acontece nos estabelecimentos educacionais, cuja maioria encontra-se sob o controle de instâncias religiosas (Parkes, 2004).

A *Legenda aurea* é constantemente lida em voz alta. Seja nos refeitórios conventuais seja durante os ofícios, os relatos nela inseridos são compartilhados com vistas à edificação. Nesse sentido, a leitura do legendário se presta simultaneamente ao entretenimento e à instrução. Mas a obra também informa. Como aponta Stefano Mula (2003), a obra consiste na fonte de informação mais acessível e amplamente utilizada no Ocidente a respeito de Maomé e do islã a partir da segunda metade do século XIII.

---

ler fosse algo amplamente disseminado, não haveria muitos motivos para que se lesse em voz alta.

Não obstante a relevância da leitura em voz alta, são as outras modalidades que pavimentam singularmente a relação leitor-livro. Elas indicam uma mudança na prática que chega para atender novas demandas. Estas, por sua vez, são consequências de transformações operadas nas condições de produção do livro, intensificação da difusão das obras e abundância da produção literária como um todo. Ocorrências que modificam a relação com o texto e favorecem um novo enfoque (Hamesse, 2004).

A ruminação e a leitura silenciosa ganham força nesse sentido. Além disso, o contexto é propício. Há, afora os itens destacados acima, o uso já recorrente da minúscula carolíngia e um cenário de transição e consolidação do processo de separação de palavras no decorrer do século XII. Com isso, não se faz mais necessário ler em voz alta para conseguir separar as letras e compreender os termos presentes no texto. É possível ir além e priorizar a apreensão dos significados.<sup>33</sup>

A forma como isso se revela em cada uma delas, porém, é diferente. Ruminação e leitura silenciosa não são a mesma coisa. A leitura em voz baixa consiste em um ler lento, regular e profundo. Caracteriza-se por ser uma atividade contínua e ordenada, isto é, voltada à assimilação da essência da obra a partir de uma compreensão que segue a ordem estabelecida pelo próprio texto.

Cabe frisar, também, que a ruminação serve à contemplação. É uma leitura meditativa bastante praticada pelos monges (Fischer, 2006; Hamesse, 2004). Por conseguinte, trata-se de outro tipo de leitura, que passa a dividir espaço com aquela realizada em voz alta; uma leitura que está mais voltada à interação com o escrito do que com a “publicização” daquilo que ganha vida por intermédio de uma voz leitora.<sup>34</sup> Desse modo, busca-se, no ato da leitura, a compreensão de seus possíveis significados.

---

<sup>33</sup> Isso não significa o abandono da leitura em voz alta. Ela ainda se faz presente a depender do contexto. Mas em determinados ambientes, como os locais de estudo, são a ruminação e a leitura silenciosa que ganham espaço na preferência dos leitores medievais.

<sup>34</sup> A leitura em voz alta também pode ser chamada de leitura pública, uma vez que seu objetivo principal não é compreender as nuances do texto em si, mas sim o recitar, declamar, anunciar de forma que os ouvintes sejam capazes de compreender o que está sendo lido (Fischer, 2006; Hamesse, 2004).

A leitura silenciosa, por sua vez, tem na visão – e não na audição – o principal sentido para estudar o texto. Além do mais, é movida pela necessidade de encontrar rapidamente as passagens (sobretudo as das autoridades) dentro da obra. Até por isso, em contraste com a ruminação, a leitura silenciosa consiste em um ler mais fragmentado, porém capaz de recuperar rapidamente o conteúdo desejado. Tal prática renovada também é chamada pela historiografia de leitura escolástica (Hamesse, 2004).

O perfil fragmentado da leitura escolástica é uma das consequências da expansão da produção literária que se verifica a partir do século XII. Esse quadro implica uma maior quantidade de obras a serem lidas<sup>35</sup> em uma quantidade de tempo que parece cada vez menor – à medida que mais textos são produzidos e demandados, menos tempo há para os ler. Isso provoca (mais uma) transformação no ato de ler, mudança que caracteriza profundamente a leitura escolástica, que passa a ser revestida de um caráter utilitário.

Prioriza-se o acesso fácil e rápido às informações contidas em um texto em vez de sua assimilação mais profunda. Nesse contexto, de forma um tanto contraditória, a utilidade prevalece sobre o conhecimento. A contradição reside justamente no fato de essa leitura, que é resultado de uma metodologia – o método escolástico<sup>36</sup> – voltada à explicação e ao comentário da obra lida, ser identificada com uma busca pontual a dados contidos nos textos, o que pode sugerir uma apreensão superficial do conteúdo.

Essa forma de ler impõe uma nova fase à produção livresca. Se, em um primeiro momento, como assinalado antes, é a produção de livros que condiciona a leitura, agora se constata o contrário. É a maneira como se lê que conforma a construção do livro. Este passa a ser menor e mais portátil, repleto de abreviações e rubricas, ganhando uma forma padronizada segundo o conteúdo. Essas inovações refletem uma atitude mais utilitária ou mesmo “agressiva” em relação à página escrita (Humphreys, 1989).

<sup>35</sup> Ou mesmo implica a impossibilidade de ler todas (Fishcer, 2006; Hamesse, 2004).

<sup>36</sup> O método escolástico consiste em quatro etapas. O primeiro passo é o *lectio*, fase em que se realiza a análise gramatical do texto latino. A seguir, acontece a *littera*, uma leitura literal do que está escrito. Passa-se então ao *sensus*, estágio que procura apreender o sentido mais amplo. Finalmente, há a *sententia*, que nada mais é do que a interpretação crítica segundo o dogma em vigor (Fischer, 2006).

Esse novo livro, cujo formato está mais voltado à prática do estudo, acompanha a difusão daquilo que Jacqueline Hamesse (2004) chama de instrumentos de trabalho – obras cujos conteúdos são registrados de forma a facilitar sua apreensão pela figura do leitor-estudante. De início, esse esforço é levado a cabo pelos monges. No entanto, os mendicantes findam por suplantá-los no decorrer do século XIII – do mesmo modo que ocorre com a produção de cópias.

Na esteira desses instrumentos de trabalho, compilações e florilégios se espalham inicialmente entre os estudantes. Esses livros caracterizam-se por reunir em um único volume aquilo que é considerado fundamental em uma obra ou em um tema específico do estudo. Esses compêndios apresentam uma linguagem mais acessível do que a das obras originais, sendo redigidos em frases curtas que permitem uma fácil memorização – algo mais cômodo a seus consumidores.

Às compilações e florilégios vêm se somar obras de referência como as enciclopédias e os glossários ou dicionários. As primeiras, não tão distintas das compilações, dispõem do essencial do conhecimento produzido nas mais diversas áreas, bem como deixam seus leitores a par das novidades. Já os segundos constituem ferramentas que se revelam indispensáveis à compreensão dos sentidos dos textos latinos usados no estudo (Hamesse, 2004).

São, porém, os desdobramentos da adoção desses instrumentos de trabalho que interessam abordar aqui. Primeiro ponto a se observar nesse sentido é que esses materiais não acrescentam nada de novo ao conhecimento existente. Deles não se origina alguma teoria original ou uma nova metodologia. Nem mesmo o ato da escrita é encorajado, uma vez que o conteúdo já é selecionado e sintetizado (Hamesse, 2004).

Segundo, tanto as compilações quanto as obras de referência passam a substituir a leitura direta dos manuscritos no processo de formação, inclusive a dos próprios autores medievais. Dessa forma, aqueles que vão ser responsáveis por produzir e transmitir conhecimentos têm sua formação educacional aparentemente cada vez mais alijada da leitura em primeira mão dos autores



clássicos – pelo menos no que tange aos textos cobrados durante a formação.<sup>37</sup> Em resumo: não mais se lê, apenas se consulta (Hamesse, 2004).

O perigo para o conhecimento é claro: empobrecimento. O ponto central dessa precarização, contudo, reside na concentração do controle sobre o saber nas mãos de uns poucos. A leitura promovida pelas obras de referência e pelos compêndios é, por conseguinte, mediada, filtrada e selecionada pelo compilador. Prova disso se encontra na necessidade advinda da disseminação dos instrumentos de trabalho, que faz com que seja necessário adotar algum critério para a escolha do exemplar mais adequado. Qual o critério escolhido? A reputação do compilador (Hamesse, 2004).

O status do responsável pela produção do livro – seja da natureza que for: tratados, hagiografias, obras de referência etc. – é, ao lado da indicação, uma das principais razões para a difusão de uma obra (Holtz, 1992). No caso das compilações, o incumbido de sua elaboração goza de grandes capacidades. Além de escolher os trechos a serem inseridos, condenando assim passagens inteiras ao esquecimento, pode vir a alterar o pensamento original dos autores trabalhados.<sup>38</sup>

As ordens mendicantes destacam-se nesse sentido. Seus líderes acreditam que, uma vez que controlem a produção e distribuição dos instrumentos de trabalho, poderão não só evitar os erros de interpretação por meio da “eliminação de dificuldades” como também moldar a formação de seus quadros, orientando-os a seguir determinado curso. Por essas razões, o controle sobre os livros lidos é algo buscado incessantemente dentro das ordens (Hamesse, 2004).

Impossível não associar o que vem sendo dito a respeito desses instrumentos de trabalho ao legendário de Jacopo de Varazze. A *Legenda aurea* é uma compilação hagiográfica, ou seja, já pressupõe a reunião do que há de relevante sobre determinado assunto em suas páginas. Nesse sentido, a obra compartilha o caráter enciclopédico que se faz presente na produção hagiográfica dominicana a partir de meados do século XIII.

<sup>37</sup> Os frades podem buscar os textos integrais por iniciativa própria, por exemplo.

<sup>38</sup> O compilador, por exemplo, poderia simplesmente excluir as passagens que pudessem suscitar uma interpretação ambígua por parte do leitor (Hamesse, 2004).

O compêndio reflete uma tendência. Como antecipado na introdução, pertence à modalidade de legendários chamada *legenda noua*, que se caracteriza pela composição da versão abreviada dos manuscritos originais em um conjunto homogêneo precedido por um prólogo. Não é uma novidade, o texto do genovês encontra-se na esteira de trabalhos de outros frades dominicanos como Bartolomeu de Trento, Jean de Mailly ou Vincent de Beauvais,<sup>39</sup> por exemplo.

Ainda em conformidade com a ordem, a disposição dos capítulos segue o calendário litúrgico. Isso torna o manuseio da obra mais fácil aos frades pregadores, que acessam as informações mais rapidamente. Logo, além de estar redigida no novo latim, de apresentar uma estruturação moderna do texto, de ser fabricada em um formato útil à interação do leitor com o escrito etc. a *Legenda aurea* ainda está sequenciada em uma ordem bastante familiar àqueles que, em um primeiro momento, mais a utilizarão.

É, por sua vez, o processo de abreviação das *Vitae* compiladas que indica as diversas intervenções senão feitas diretamente, pelo menos canceladas por Jacopo. Assim, os relatos sobre santos e santas presentes no legendário nada mais são do que textos filtrados, mediados, editados, enfim manipulados de acordo com determinados interesses, com vistas a determinados objetivos.

E o principal: tais escritos são amplamente estudados, ou melhor, consultados. A *Legenda aurea* é um instrumento de trabalho disseminado no meio intelectual. Seus exemplares são encontrados com estudantes, mestres, doutores em direito, coristas etc. Os centros educacionais contam com seu volume da obra (Fleith, 2014). A promoção da compilação pega carona também com os manuais didáticos voltados à pregação, as *ars praedicandi*, que conhecem um crescimento substancial durante o século XIII.

Os pregadores são os protagonistas nesse contexto. Esses propositores de visões de mundo por meio da persuasão fazem uso contínuo do legendário para construir seus sermões. Isso acontece muito por conta da importância do

---

<sup>39</sup> São as obras: BARTOLOMEO DA TRENTO. *Liber epilorum in gesta sanctorum*. Edizione crítica de Emore Paoli. Firenze: Sismel, 2001; JEAN DE MAILLY. *Abbreviatio in gestis et miraculis sanctorum: Supplementum hagiographicum*. Edizione crítica de Giovanni Paolo Maggioni. Firenze: Sismel, 2013; VINCENT DE BEAUVAIS. *Speculum historiale*. Nürnberg: Anton Koberger, 1483. Disponível em: <https://archive.org/details/LaMerDesHistoires1544/page/n7/mode/2up>. Acesso em: 10 mar. 2025.

*exemplum*. O texto de Jacopo está repleto desses contos destinados a serem utilizados no discurso para convencer um público por meio de uma lição.

### **Considerações finais**

À luz do exposto, deve-se considerar o livro como um objeto no qual as condições de produção, circulação e apropriação arranjam a própria percepção de seu conteúdo. Não se pode ignorar, tendo-se em conta o contexto medieval, a gama de implicações que cada item apresentado carrega. Instrumentos auxiliares, transformações na escrita, formato privilegiado, questões acerca da circulação de livros – com relevo para o papel do copista – e os tipos de leitura em vigor: todos esses pontos impactam sobre o texto da obra.

No caso da *Legenda aurea*, como visto até aqui, essas características sobressaem. Isso pode ser observado quando se atenta para sua confecção – produzida em códice de pergaminho, facilita o manuseio; redigida no “novo” latim, simplifica a leitura –, quando se constata sua difusão – suas cópias se fazem presentes em praticamente todos os espaços – ou quando se verifica seus diversos usos – lida em voz alta em diferentes contextos; estudada a fundo para a produção de sermões.

A relação dos frades com o livro também sugere algo à percepção do legendário. Pontos como o uso pessoal dos exemplares e o acesso facilitado a tais obras – os acervos das bibliotecas conventuais estão em constante expansão; além do mais, a circulação é imediata nesses espaços – influenciam a forma como deve ser percebida a relação dessas personagens com o texto de Jacopo de Varazze.

Práticas como as doações de livros e/ou o empréstimo por toda a vida corroboram essa relação de proximidade entre mendicantes e compêndio. Como visto, a existência de determinações nos testamentos dos frades para que os códices retornem ao convento de origem indicam não apenas o fato de o livro ser um bem material que o religioso tem permissão para ter consigo, como o prestígio que esse item goza nesse meio.

Esses pontos permitem inferir que o legendário serve a diversos usuários. Estes vão desde aqueles que procuram um acesso rápido às informações desejadas para fins diversos até outros que se debruçam sobre o texto de forma

mais demorada, buscando compreender os significados ali contidos. Há ainda o papel exercido pela *Legenda aurea* na formação dos quadros mendicantes. Não raro, esse texto é encontrado sob a posse de mestres e alunos, por exemplo.

É, porém, ao se contextualizar a obra do frade genovês com a produção livresca do mesmo período que alguns de seus traços adquirem novos contornos. Verifica-se, no século XIII, uma difusão dos chamados instrumentos de trabalho; obras de referência que reúnem o conhecimento produzido em um só lugar. Contudo, não se pode perder de vista que seu conteúdo é mediado, filtrado, selecionado por quem as produz. Nessa esteira, surgem enciclopédias, glossários, florilégios, compilações sobre diversos assuntos.

Esses materiais são bem-vistos pelas ordens mendicantes. Afinal, permitem-nas controlar tanto a produção quanto a distribuição desses textos. Em outras palavras, as ordens são capazes de moderar o conteúdo, aquilo que é acessado pelos frades. Entende-se aqui que a coletânea hagiográfica esteja nesse bojo, pois contribui para substituir a leitura dos escritos integrais das *Vitae*, não só reunidas por um texto abreviado, mas também mediado e filtrado pelo compilador, que goza de grandes capacidades arbitrárias.

Por fim, haja vista sua confecção e circulação, a *Legenda aurea* precisa ser encarada pelo que, de fato, é. Ela não é uma obra construída apenas para satisfazer pretensões eruditas ou devocionais. Não. Ela é uma obra projetada para ser usada; usada como um instrumento de trabalho pelos frades pregadores – principal público leitor nas bibliotecas conventuais.

## Referências

Fonte:

BARTOLOMEO DA TRENTO. *Liber epilogorum in gesta sanctorum*. Edizione crítica de Emore Paoli. Firenze: Sismel, 2001.

JACOPO DE VARAZZE. *Legenda Áurea: Vidas de Santos*. Tradução de Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

JEAN DE MAILLY. *Abbreviatio in gestis et miraculis sanctorum: Supplementum hagiographicum*. Edizione crítica de Giovanni Paolo Maggioni. Firenze: Sismel, 2013.

RICHARD OF BURY. *Philobiblon*. Translation of Andrew Fleming West. New York: Dover Publications, 2019.

VINCENT DE BEAUVAIS. *Speculum historiale*. Nürnberg: Anton Koberger, 1483. Disponível em: <https://archive.org/details/LaMerDesHistoires1544/page/n7/mode/2up>. Acesso em: 04 jul. 2023.

#### Bibliografia:

ALMEIDA, Néri de Barros. Hagiografia, propaganda e memória histórica. O monasticismo na *Legenda Aurea* de Jacopo de Varazze. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 95-111, 2014.

BAÑOS VALLEJO, Fernando. *Las Vidas de santos en la literatura medieval española*. Madrid: Laberinto, 2003.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. Introducción. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2004. p. 15-43.

CAVALLO, Guglielmo. Entre el *volumen* y el *codex*: La lectura en el mundo romano. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2004. p. 111-152.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. In: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014. p. 19-52.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Unesp, 2007.

FALCI, Priscila Gonzalez. *Os martírios na construção de santidades genderificadas: uma análise comparativa dos relatos da Legenda Áurea*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FISCHER, Steven Roger. A visão do pergaminho. In: FISCHER, Steven Roger. *História da leitura*. São Paulo: Unesp, 2006. p. 129-186.

FLEITH, Barbara. Santa Agnes entre *litterati* e *illitterati*. Algumas observações através da história da utilização do legendário de Jacopo de Varazze. In: TEIXEIRA, Igor Salomão. *História e Historiografia sobre a Hagiografia Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 72-99.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Escravidão Desejada: Santidade e Escatologia na *Legenda Áurea*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 101-113, 1995.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: JACOPO DE VARAZZE. *Legenda Áurea*. Tradução de Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003. p. 11-25.

GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval: séculos XII-XIV*. Campinas: Unicamp; Belo Horizonte: UFMG, 2011.

HAMESSE, Jacqueline. El modelo escolástico de la lectura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2004. p. 181-210.

HOLTZ, Louis. Autore, copista, anonimo. In: CAVALLO, Guglielmo; LEONARDI, Claudio; MENESTÒ, Enrico (dir.). *Lo spazio letterario del medioevo: il medioevo latino*. Roma: Salerno Editrice, 1992. V. 1 (La produzione del testo), p. 325-351.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. Introdução. In: HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. *Sociologia da Leitura*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010. p. 13-18.

HUMPHREYS, Kenneth William. The Effects of Thirteenth-Century Cultural Changes on Libraries. *Libraries and Culture*, Austin, v. 24, n. 1, p. 5-20, 1989.

LE GOFF, Jacques. *Em busca do tempo sagrado: Tiago de Varazze e a Lenda dourada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MAGGIONI, Giovanni Paolo. A hagiografia em um sistema de comunicação medieval: questões filológicas sobre a *Legenda áurea*. In: TEIXEIRA, Igor Salomão (org.). *Tempo, Espaço e Texto: A Hagiografia Medieval em perspectiva*. São Leopoldo: Oikos, 2017. p. 105-117.

MANGUEL, Alberto. The shape of the book. In: MANGUEL, Alberto. *A history of reading*. Toronto: Vintage Canada Edition, 1998.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliography and the sociology of texts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MULA, Stefano. Muhammad and the Saints: The History of the Prophet in the Golden Legend. *Modern Philology*, Chicago, v. 101, n. 2, p. 175-188, 2003.

PARKES, Malcolm. La alta Edad Media. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2004. p. 155-177.

PETRUCCI, Armando. Lire au Moyen Âge. *Mélanges de l'école française de Rome: Moyen Age*, Roma, v. 96, n. 2, p. 603-616, 1984.

RANGEL, João Guilherme Lisboa. Martírio e heresia na *Legenda Áurea* a partir da teoria de Pierre Bourdieu. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 7, n. 12, p. 31-46, 2017.

REYNOLDS, Leighton Durham; WILSON, Nigel Guy. *Scribes and Scholars: A Guide to the Transmission of Greek and Latin Literature*. New York: Oxford University Press, 1991.

RUST, Leandro Duarte. O papado na Idade Média. In: SILVA, Paulo Duarte; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). *Ensaio de História Medieval: Temas que se renovam*. Curitiba: CRV, 2019. p. 51-72.

SAENGER, Paul. La lectura en los últimos siglos de la Edad Media. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (dir.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2004. p. 213-259.

ŞENOCAK, Neslihan. Book Acquisition in the Medieval Franciscan Order. *Journal of Religious History*, v. 27, n. 1, p. 14-28, 2003.

ŞENOCAK, Neslihan. Circulation of Books in the Medieval Franciscan Order: Attitude, Methods, and Critics. *Journal of Religious History*, v. 28, n. 2, p. 146-161, 2004.

SILVA, Andreia Cristina Lopes Frazão da; FORTES, Carolina Coelho. A Vida Religiosa feminina e as relações de poder na Ordem dos Pregadores: reflexões a partir do epistolário de Jordão da Saxônia. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 48, p. 1220-1252, 2017.

SOUZA, Néri de Almeida. *A cristianização dos mortos: A mensagem evangelizadora da "Legenda Aurea" de Jacopo de Varazze*. 1998. Tese (Doutorado) – Programa de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.